HISTÓRIA DA CRIANÇA E SUA IMPORTÂNCIA NA SOCIEDADE: DOS PRIMÒRDIOS DA IDADE MÉDIA AOS DIAS ATUAIS

Amanda Maria Vieira Andrade
Galena Melo Freire de Carvalho
Rosana Santos Pereira

RESUMO

O presente texto tece reflexões sobre a história da criança na sociedade, fazendo um paralelo com a educação infantil, da Idade Média à contemporaneidade. Através dos referenciais teóricos, identificam-se problemas que interferem na formação da subjetividade infantil, assim como os impactos que os problemas sociais geram na educação das crianças. Todas essas considerações foram possíveis devido às pesquisas bibliográficas e sites especializados na área, o que motivou a uma viagem na linha do tempo, onde fica evidente que a criança não ocupava espaço importante na sociedade. Houve uma evolução em relação ao tratamento dispensado a estas, assim como na educação infantil, mas há muito a aprender sobre como lidar com as crianças na prática, valorizando-as, respeitando-as e possibilitando-lhes a construção de uma identidade de forma saudável e plena.

Palavras-chave: História da criança; sociedade; educação infantil.

INTRODUÇÃO

Toda criança é sempre criança em qualquer lugar, quer seja, no Brasil ou exterior. O que difere são as atitudes frente a estas: há crianças que são queridas e desejadas e outras, são tratadas com indiferença e abusos de toda espécie.

A imagem ideal de criança é um ser feliz, robusto, inteligente e com saúde que, com o passar dos anos, vai assumindo as etapas dos estudos e brincadeiras. Mas nem sempre este quadro se concretiza na maior parte da infância. Se de um lado, há crianças amadas e amparadas por famílias que propiciam todo o aparato para que estas tenham seus direitos assistidos, de

outro tal conjetura não acontece com a maior parte das crianças, criadas com as precárias condições de vida que sua família pode oferecer.

A história social da criança revela que os adultos nem sempre valorizaram a infância, por isso a criança nunca foi entendida de fato; bem como a história da vida escolar destas mostra que durante muito tempo elas tiveram seu papel negligenciado na sociedade. Avanços no campo do conhecimento científico comprovam o quanto elas precisam de cuidados, atenção e orientações específicas. Contudo, é preciso entender a criança como ser livre. É a inocência personificada num corpo pequeno e frágil, mas com muitas possibilidades cognitivas.

Este artigo tem como objetivo tecer reflexões sobre a importância da criança em nossa sociedade. Identificamos, a partir dos referenciais teóricos estudados, problemas que interferem na formação da subjetividade infantil, bem como os impactos que os problemas sociais geram na educação das crianças.

A escolha do tema *A história da criança e sua importância na sociedade: dos primórdios da Idade Média aos dias atuais* foi motivada, em princípio, pela curiosidade de realizar um estudo aprofundado sobre esta temática, a fim de entender a importância da criança na sociedade, enquanto elemento fundamental do processo de desenvolvimento destas.

A formação intelectual da criança, sob a responsabilidade do profissional da educação, necessariamente está condicionada ao meio em que ela vive, ao seu status sócio-econômico, daí porque é fundamental que o professor tenha conhecimento para poder melhor planejar e executar um trabalho que atenda às necessidades e à realidade da criança que está educando.

Na Idade Média, as crianças tinham uma sobrevivência incerta, pois, faltavam cuidados e tecnologia havendo altos índices de mortalidade, devido à ausência de um tratamento diferenciado para infância.

A trajetória da criança, no que concerne à sua história vem despertando na sociedade, por um lado um sentimento de reparação, de reflexão quanto às atitudes a serem tomadas frente à infância, por outro, vem impregnado de uma noção de continuidade, agora de uma forma mais violenta e intimamente ligada

não só aos aspectos físicos, mas principalmente à dimensão humana que incorpora o ser humano como um todo: sentimentos, relação familiar e aspectos cognitivos.

Os atos de brutalidade contra as crianças são as comprovações da condição social deste seres, que vemos cotidianamente em muitos casos sendo exploradas, trabalhando sem receber ou recebendo uma porção mínima para sua sobrevivência. O trabalho e as responsabilidades que fazem parte do cotidiano de algumas crianças deveriam ocorrer apenas na fase adulta, pois a antecipação destas etapas ocasiona sérias conseqüências ao desenvolvimento infantil. É importante que elas vivenciem plenamente sua infância, pois a infância perdida provoca traumas que perpassam toda sua existência.

O capítulo primeiro do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), do Direito à saúde, no artigo 7°, reza que " a criança e o adolescente tem direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência".

Entretanto, o Estado não tem conseguido, a contento, oferecer à população e em especial à criança carente condições de sobrevivência e manutenção da vida. É comum escutar que no Norte e Nordeste do nosso país os índices de mortalidade infantil são elevados, devido dentre tantas causas à fome, à falta de ações quanto à saúde pública, e ao desnível sócio econômico que tem vitimado muitas crianças.

Para reverter quadros como esses, é dever do profissional conhecer e aprofundar-se na história social da criança, daí a grande importância do tema não só para estes profissionais como para toda a sociedade.

Este artigo foi realizado com o propósito de aprofundarmos o conhecimento da história social da criança, por meio de pesquisas bibliográficas, em livros e sites especializados na área. Os dados foram trabalhados de forma exploratória, com uma abordagem qualitativa.

Devido às condições de tempo e financeiras não foi possível efetivar pesquisa de campo. Contudo, o aprofundamento no campo teórico foi

enriquecido pelas nossas experiências acadêmicas e profissionais, contribuindo significativamente para nossa formação.

Com o intuito de não somente questionar, mas encontrar meios e direcionar ações que viabilizem mudanças da sociedade no que diz respeito à criança, entendemos que só o conhecimento da história da infância pode oportunizar concretamente mudanças pedagógicas consideráveis, que resultarão em benefícios coletivos para toda a sociedade.

1 HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA

Ao abordarmos a história social das crianças, é preciso nos reportar à significação do que é ser criança. Não só nos tempos da Idade Média, mas nos dias atuais, a sociedade ainda não está ciente sobre o que é ser criança, muito se fala sobre necessidades, cuidados, preocupações com estas. Contudo, é notório que desde os primórdios da Idade Média a criança não era compreendida, tão pouco tratada como tal. Para PRIORE (1999), “na mentalidade coletiva, a infância é entendida como um período sem expressão, sem grande personalidade, diríamos uma provável esperança, o que denota a falta de valorização com que estas eram vistas”.

> Nos dicionários da língua portuguesa, infância é considerada como o período do crescimento, no ser humano, que vai do nascimento à puberdade. Para o estatuto da criança e do adolescente (Lei nº. 8.069, de 13/7/90) criança é a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre os 12 e os 18 anos (KUHLLMANN, 1998,p.16).

No período da Idade Média até o século XIX, o nascimento de uma criança era cercado de rituais que se acreditava ser a forma correta de trazê-la ao mundo, como também prestar cuidados para com estas a fim de possibilitar que elas sobrevivessem. Se por um lado havia toda uma expectativa quanto ao nascimento destas, por outro a falta de cuidados essenciais para que elas permanecessem vivas era grande. A alimentação e vestuário inadequado dentre tantas causas são as que mais levavam a óbito estas crianças; e aquelas que conseguiam viver, ainda assim necessitavam de cuidados

contínuos, não só físicos, mas também espirituais, pois numa época que se acreditava em bruxas e bruxarias, a família que batizasse seu filho sem mais delongas, estava conduzindo-o ao “céu”. Eis o porquê da igreja ter uma grande expressão neste assunto, pois ela delimitava um período de oito dias de tolerância para que o batismo acontecesse, o que na verdade era uma das formas da criança adentrar na estrutura familiar e social.

Durante o período marítimo, no século XIV, a criança é encarada como um pequeno adulto e, portanto, uma mão-de-obra a mais nas embarcações. A fome, as doenças venéreas, as guerras e naufrágios deixaram a mão-de-obra adulta reduzida, restando para tal tarefa as crianças, o que para alguns pais era meio de que o filho aprendesse uma profissão, para outros era a forma de garantir uma renda a mais. Mas não importava o que queriam ou o que pensavam essas crianças que, sem escrúpulo algum de suas famílias, eram lançadas à própria sorte (DEL PRIORE, 1999).

Nesse quadro de irracionalidade humana para com a infância, aconteciam as mais desconcertantes barbáries: torturas e abusos físicos, sexuais e psicológicos, além da fome e doenças que faziam parte da vida destas crianças nas embarcações. Isso já pelos idos do descobrimento do Brasil, embora estas práticas já tenham sido decorrentes de períodos anteriores. A total falta de respeito à infância marcou para sempre a memória da história da criança. Olhar os infortúnios destas ante a total inércia dos seus algozes, demonstra a falta de sentimento e importância que norteava a visão de infância. Crianças de qualquer condição social dentro das embarcações eram as primeiras a serem descartadas no caso de naufrágios, principalmente as que trabalhavam dentro destas, pois ante a iminência de uma catástrofe eram elas as primeiras a serem esquecidas.

Ainda segundo DEL PRIORE (1999), quando a história se reporta ao século XVIII, a escravidão, o tráfico de negros para o nosso país era como mais um infortúnio para infância, ou seja, a criança escrava que era oprimida pelo descaso, agora o era também pela falta de liberdade. A criança escrava já era condicionada à subserviência da forma mais dura, através de castigos corporais, e humilhações que calavam fundo, deixando cicatrizes sensíveis até os dias atuais através da discriminação, a desvalorização e estigma que

carregam. Mas os tempos vão mudando: surgem novos valores, condutas e conceitos são re-elaborados.

Resta compreender como esta mudança interferiu na criança do século XX. Neste momento da história, a mão-de-obra infantil ainda é usada e abusada indiscriminalmente, sem quaisquer cuidados pelos adultos, elas ainda não tinham expressão alguma, com jornadas de trabalho que chegavam há dez horas por dia, ser criança era duro e sofrível.

E nos dias atuais, as mudanças têm ocorrido paulatinamente, mesmo com leis próprias para as crianças, estas ainda são desvalorizadas. Em pleno século XXI, há escravidão infantil através de trabalhos massificantes, que extenuam a criança, fazendo com que muitas delas deixem de viver a infância, que é uma das etapas mais importantes da vida. Trata-se de uma realidade com a qual nos defrontamos e da qual nos envergonhamos. E o que dizer da alta lucratividade que tem as empresas e empresários inescrupulosos, que conseguem, à custa da exploração de menores, aumentarem seus patrimônios, resultando em crianças já com a mentalidade de um adulto sofrido e sem perspectiva de vida?

Ante a esse e muitos outros questionamentos, a formação de pedagogas e pedagogos é conclamada a refletir sobre o surgimento das concepções de atendimento à infância e como estas foram progressivamente assumindo uma feição propriamente educacional, com o passar do tempo.

2 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme Ariès (1986), durante a Idade Média, a escola era reservada a um pequeno grupo, sem que houvesse uma preocupação quanto à idade. A sala era composta de adultos e crianças cuja faixa etária começava a partir dos seis anos de idade, as variações de idade se estendiam fora da escola também, fazendo com que estas crianças adentrassem no mundo adulto sem quaisquer restrições. Durante toda a Idade Média, foi observado que a característica marcante no processo de educação era a mistura de idades. A escola deste período da história permitia certa promiscuidade através desta

mistura, provocando comportamentos que mais tarde foram reconhecidos como de desordem e anarquia.

Foram introduzidos conceitos de disciplina em que o mestre se tornaria responsável pelo comportamento do estudante fora de sala como autoridade superior. Do século XIV ao XVIII, a disciplina escolar se fazia através de castigos cada vez mais humilhantes e violentos, estes eram dirigidos às crianças pequenas, sendo mais tarde estendidos a toda população escolar.

A infância escolar foi marcada por muito tempo por conceitos discriminatórios, chegando à comparação das crianças com vagabundos, fora-da-lei, escória, etc. Era, na verdade, uma separação clara das camadas sociais: pobres e ricos. Isto se traduz no reflexo da mistura de idades, sendo necessário lembrar da época em que a criança era envolvida e influenciada pelos adultos boêmios. Ainda hoje persistem os conceitos de “moleques” e “desordeiros”, considerados herdeiros dos escolares do século XVI e início do século XVII (*Ibidem,* 1986).

A sociedade desta época não entendia a infância como período de pureza e inocência, fazendo com que as crianças tivessem contato com toda e qualquer situação, que não condizia com a sua idade e desenvolvimento cognitivo. As mudanças começam a acontecer no final do século XVII, quando as crianças são separadas dos adultos, ficando apenas com outras crianças, deixando de aprender como adultos e tendo seu próprio ritmo de aprendizado. Mas isso só acontece com o surgimento do sentimento de afeição pela infância e por parte das famílias.

Uma grande evolução no sentimento de infância ocorre quando as famílias de classe alta deixam de levar seus filhos para as amas-de-leite, se interessando por cuidar deles, dando-lhes carinho e atenção necessários aos mesmos. No Brasil não foi diferente, pois as crianças começaram a ser vistas como crianças desde o século XVI (KUHLMANN, 1998). Os jesuítas já manifestavam uma ação educacional com as crianças indígenas, com o ato de catequizar as mesmas, tendo até um programa educacional jesuítico que introduzia a disciplina e separava as crianças por idade, daí se vê um novo sentido para a infância.

> Após a década de 1870, o desenvolvimento científico e tecnológico consolida as tendências de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior, privilegiando as instituições como a escola primária, o jardim de infância, a creche, os internatos reorganizados, os ambulatórios e as consultas às gestantes e lactantes, as Gotas de Leite (KUHLMANN, 1998, p. 27).

Após 500 anos de descobrimento do Brasil, todos os temas políticos e sociais são colocados em questão, dentre os quais está à educação como um todo e em particular a educação infantil. Para uma análise de como é tratada a educação infantil no Brasil no momento atual, é necessário que façamos uma viagem no tempo.

A cultura do Brasil é fruto de uma relação de domínio violento, com a total falta de respeito à diversidade cultural, em que os índios são “subjugados”, ou melhor, os colonizadores tentam domesticar seu espírito livre, transformando sua conduta. Isto se refletiu em toda a sociedade e, consequentemente na criança que, como citado anteriormente, teve suas vidas e direitos, violados, quando não, mal conduzidos não só pela família, como também pelas políticas, leis e sociedade.

A educação foi a mais conturbada. Com a industrialização, o capitalismo, a entrada da mulher no mercado de trabalho, sem contar com a Lei do Ventre Livre, tornou-se imprescindível que surgissem instituições que atendessem às necessidades de crianças que não tinham família com condições financeiras, favoráveis, as quais ficavam à deriva, já que suas mães tinham que trabalhar e garantir-lhes o sustento. Com o passar do tempo o interesse da mulher pelo mercado de trabalho trouxe uma preocupação muito grande que era onde deixar seus filhos? Com quem estas crianças iriam ficar? Com uma jornada de trabalho que variava de 10 a 14 horas por dia, na maior parte do tempo estas crianças ficavam nas ruas à mercê da marginalidade e mendicância, junto às crianças negras que não eram escravas, mas que também não eram de todo livres.

Com o novo entendimento de infância surgido na Europa, por volta do século XVI, que recomenda um tratamento diferenciado à criança, a educação vem com a proposta de criar nos moldes europeus asilos infantes, ou seja, um lugar que incorporasse a pedagogia com a assistência a infância, o que na

verdade revelou-se bem diferente, afinal sua finalidade era o assistencialismo na forma de abrigo para crianças pobres.

2.1 A criação das instituições para a infância

Em 1899, no Rio de Janeiro, foram fundados o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e a primeira creche brasileira para filhos de operários, que foi a Companhia de Fiação e Tecido Corcovado, fundada em 13 de novembro de 1899. (KUHLMANN, 2000).

As creches surgem como meio de dar assistência às crianças, para propagar e dar aparência de algo organizado e benéfico, o que em nossa análise não retira sua importância. Segundo Kuhlmann (2000), uma matéria do Dr. Kossuth Vinelli, da Santa Casa de Misericórdia, destaca a importância das creches, em especial para as mães, divulgando esta idéia para a sociedade e evidenciando seus benefícios. Estas creches dariam respaldo aos bebês, mas e as crianças com idade adiantada, o que fazer com elas? Surge a necessidade do jardim-de-infância, que propõe a assistência física, psíquica e social da criança, a longo prazo (*Ibidem*, 2000).

Para ajudar os trabalhadores e os pobres, foram criadas internacionalmente as instituições pré-escolares que surgiram a partir da segunda metade do século XIX. Com a elaboração de novas propostas foram surgindo as creches, que eram direcionadas a crianças de zero a três anos. As creches não serviam para educar, o que era um grande conflito. A primordial responsabilidade pela educação das crianças ficava com as mães, além do mais, as creches serviam para incentivar as mães a não abandonarem suas crianças, como nos tempos das Casas de Expostos, que acolhiam as crianças abandonadas, incentivando ainda mais as mães a abandonar seus filhos. Assim as creches acabaram tornando-se uma versão aperfeiçoada das Casas de Expostos. (KUHLMANN, 2000).

> Não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas e maternais ou jardins-de-infância, para as crianças de três ou quatro a seis anos, em sua vertente assistencialista, pois as propostas de atendimento educacional à infância de zero a seis anos tratam um conjunto das duas iniciativas, mesmo que apresentando instituições põe idades e classes sociais. (KUHLMANN, 1998, p.78).

O primeiro jardim de infância foi criado no ano de 1840, pelo pedagogo Froebel, destinado para crianças com menos de seis anos, com o propósito de orientar e cultivar nas crianças uma existência humana significativa através de jogos e das ocupações, não tendo preocupação com um programa pré-determinado, pois o papel do jardim-de-infância era desenvolver hábitos, atitudes e comportamentos necessários para a vida escolar, através dos jogos e brincadeiras.

Esta idéia de resguardar a infância, não interessa só à classe baixa. Em 1875, é fundado o primeiro jardim-de-infância particular do Brasil. O que notabilizou estas instituições foi que elas foram se adequando e ajustando aos modelos da Europa, mais um passo que se dava rumo à expansão e aceitação das creches, jardins-de-infância e escolas maternais, cuja propagação se dava lentamente.

A visão de infância teve um grande avanço na sociedade brasileira em 1922, quando foi criado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, com o objetivo de tratar dos assuntos voltados à criança, em todos os aspectos. Mas não se pode esquecer que estes congressos já vinham sendo implantados fora do Brasil, começando por Antuérpia, Bélgica em 1894, se expandindo por outros paises até chegar em nosso país. (KUHLMANN, 2000). Em 1901, também houve novas criações, como *A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*, com aulas noturnas de alfabetização para a mulher e com escolas maternais.

Contudo, a organização delas toma o rumo de sua regulamentação, com a criação de departamentos que eram direcionados às crianças. Agora não só para assistir, mas também educar, já que o regime político, econômico-social precisa de cidadãos alfabetizados e minimamente instruídos para operar nas fábricas, o que acabou contribuindo para um aprofundamento das desigualdades sociais.

Abrir instituições desta categoria exigia mão-de-obra especializada. Era preciso pessoal treinado e com conhecimento sobre a educação de crianças, o que já dificultava, pois oportunizar um lugar propício à educação, que agregasse a isso não só a noção de saúde, mas também o conhecimento de cuidados específicos à infância, já era um grande problema que o governo e a sociedade enfrentavam.

Não é preciso dizer que diante de todo este trajeto, o Estado é o responsável não só pela fundação de instituições com este fim específico, mas é também o responsável pela promoção do bem estar social destas crianças. Para tanto, são necessários recursos financeiros e conhecimentos diferenciados destinados ao atendimento à infância, que os políticos, suas leis e, em especial, a economia não se propunham de fato a efetivar.

Surge a necessidade da intervenção de organizações governamentais internacionais como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), que tem como parâmetro a captação de recursos financeiros, a fim de trazer uma nova perspectiva à política educacional do país, sem deixar de "impor" condições que de certa forma tiram a autonomia educacional do Brasil. A sua qualidade compõe um cenário de desvalorização profissional, baixa qualidade da formação dos professores, exclusão do sistema, além de escolas sucateadas.

> Quanto à educação infantil, ao número de crianças atendidas, às dificuldades e indefinições quanto às políticas, à regulamentação, aos orçamentos e outros indicadores, revela-se situação desfavorável, apesar do alento dos que têm sonhado e agido para rever esse quadro, interferindo nesse processo. (KUHLMANN, 2000, p. 493).

Mas com o aumento das matrículas nas instituições de ensino, além da regulamentação através da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que estabelecem as creches e pré-escolas como sistemas educacionais, estas instituições deixam de servir como depósito de crianças e de assistencialismo, quebrando estes paradigmas que durante décadas só ocasionaram a segregação social. È através desta regulamentação, que os professores já entendem que precisam buscar aprimorar seus conhecimentos, primando pela sua especialização e desenvolvendo pesquisas científicas nesta área.

Ao conhecimento pedagógico sobre a infância e sua educação, somam-se programas de assistência social na luta por condições de vida mais dignas; projetos na área biomédica e psicológica, que contribuem para a promoção da saúde; além da atuação jurídico-policial, no combate à violência contra a criança e à criminalidade infantil.

A participação da sociedade, junto a pessoas comprometidas com a qualidade da educação, é peça fundamental no sentido de conquistar e firmar um posicionamento crítico e eficaz na luta por dias melhores para nossas crianças e pela educação de nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como agente motivador a idéia de conhecer como a criança era vista e tratada em relação à educação desde a Idade Média até os dias atuais. Nesta viagem, na linha do tempo, fica evidenciado que naquela época até meados do século XIX, a criança não ocupava espaço importante na sociedade. Com o passar do tempo, a promiscuidade, a mistura de idades entre crianças e adultos, freqüentando o mesmo espaço escolar, foram pouco a pouco combatidas.

No Brasil, entre o final do século XV e início do século XVI, passando por um longo período como Colônia de Portugal, exatamente 308 anos, a sociedade tinha como classe dominante os senhores de engenho e grandes latifundiários, e o restante da população, como nos dias atuais, representava a pobreza, sendo o acesso à educação bastante difícil. Mesmo assim foram surgindo os primeiros jardins-de-infância e consolidando-se a preocupação com a formação da educação da criança, a partir da industrialização e do advento da ciência e da tecnologia.

Percebe-se que houve uma evolução em relação à educação infantil, mas há ainda muito a se fazer neste Brasil com tantas diferenças, principalmente quando sabemos que existem muitas crianças fora da escola por falta de compromisso dos governantes com a educação. Mas também por uma sociedade que apesar de todo o avanço no campo científico, ainda tem muito a aprender sobre como lidar com as suas crianças na prática, valorizando-as, respeitando-as, e possibilitando-lhes a construção de uma identidade de forma saudável e plena.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe**. História social da criança e da família** (trad. Dora Flaksman). 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN, Moysés Jr. (Orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. 500 anos de Brasil: **Histórias e reflexões.** São Paulo: Scipione, 1999.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ANPED. Nº. 14. mai-ago, 2000. p. 5-18, Autores Associados, Campinas, São Paulo.